

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**DA FORMAÇÃO DISCURSIVA AO SIMULACRO DO INTERDISCURSO: O  
DISPOSITIVO ANALÍTICO PARA ALÉM DA LUTA DE CLASSES**

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais  
mara.rubia8@gmail.com  
Doutoranda  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux (que nunca havia sido um marxista paralelo...), faz coro à dissidência do estruturalismo e, conclamando a *interpretação*, recomenda:

Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele (...) E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos “especialistas” de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado (!), mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo. (1997, p. 42)

Mais do que a revisão epistemológica, essa proposta de balanço dos efeitos do “fantasma sistêmico” desenvolve a visada política, profundamente afetada pela fluidez identitária na modernidade tardia. Na contramão da comparação estrutural de processos discursivos justapostos e da tematização do entrelaçamento desigual de máquinas discursivas – antigas plataformas da AD –, Pêcheux reabilita o *interdiscurso* e cria uma deriva que neutraliza a exclusividade da esfera de classe para o estabelecimento das formações discursivas.

No momento em que sinaliza para a seqüencialidade discursiva como simulacro material do interdiscurso, o programa de Pêcheux se aproxima da problemática da enunciação e, por conseguinte, distancia-se de uma “concepção estrutural da discursividade” (PÊCHEUX, 1997, p. 56). Esse deslocamento, contudo, se por um lado desestabiliza a *sobreinterpretação antecipadora* implicada na “colagem” do sujeito a uma FD, por outro não torna inconciliável a noção de *formação discursiva* e o propósito de depreender efeitos identitários por meio da análise do funcionamento do discurso.

Não obstante o delatado enfraquecimento da luta de classes e a efusão de diferentes domínios (gênero, etnia, pertencimento regional, sexualidade) como espaços de ação coletiva e de constituição identitária na pós-modernidade, este trabalho faz veemente apelo à noção de formação discursiva. Afinada com o projeto da “AD-3”, em que, segundo Pêcheux (1990, p. 316), é possível compreender a construção de objetos no fio discursivo, esta reflexão visualiza o intradiscorso como lugar de cruzamento da formação discursiva de referência com o seu interdiscorso constitutivo. Situando a FD para além da luta de classes, o presente estudo reconhece o espaço (heterogêneo) da formação discursiva como ordem de regularidade (cf. FOUCAULT, 2005), metodologicamente constituída, que possibilita a compreensão da dinâmica entre identidade e alteridade no processo de constituição de efeitos de sentido e de sujeito. Em tese, os movimentos teórico-analíticos vislumbrados conciliam a detecção de regularidades no acontecimento discursivo com o propósito de “capturar a presença da alteridade no cerne dos enunciados” (BRANCA-ROSOFF, in BARONAS & KOMESU, 2008, p. 145). Desse modo, encaminha-se a análise da configuração identitária para os pontos de deriva dos sentidos, constituídos no atravessamento do intradiscorso pela sua contraparte interdiscursiva.

A inscrição deste trabalho numa concepção da discursividade repartida entre *estrutura* e *acontecimento* paga tributo às descontinuidades do programa pecheuxtiano, que, por sua vez, são intensamente determinadas pela paisagem sociopolítica e epistemológica da modernidade tardia. Assim como as autorrevisões empreendidas pelo grupo de Pêcheux redimensionaram as análises discursivas, reconduzindo-as, a partir do início da década de 1980, para as formas do discurso-outro no fio discursivo, essas revisões também se desenvolveram a partir da fragmentação identitária na pós-modernidade.

Não são raros os escritos que têm assinalado o caráter discursivo e contingente das identidades na modernidade tardia. Desde as abordagens sociológicas, passando pelas investigações culturalistas e pelas visadas discursivas que se apóiam numa concepção subjetiva de base psicanalítica, põe-se em mira a fluidez identitária, permanentemente deslocada pelos não menos instáveis processos de identificação. Inscritos na *episteme* da *diferença* e situando-se na esteira de teses não-essencialistas, esses escritos reafirmam que o significado e, por extensão, a identidade, é sempre objeto diferido ou adiado, tal como se lê em Derrida (2001, p. 43):

(...) a anamnese autobiográfica pressupõe a identificação. Não a identidade, justamente. Uma identidade nunca é dada, recebida ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmático, da identificação.

No que toca à dependência de uma ordem identitária em relação à linguagem, encontra-se, entretanto, já em Aristóteles, um germen do que Gondar (2002) designa como relação entre o domínio ontológico e o domínio lingüístico. Conforme a autora assevera, embora no período clássico ainda não existisse a categoria de identidade de um sujeito (individual ou coletivo), desenvolveu-se, por meio da

reflexão aristotélica sobre os *conceitos*, uma análise da identidade das *coisas*, que seriam significadas pela linguagem. Nesse sentido, tem-se que:

Aristóteles se dá conta de que a linguagem, enquanto conjunto de símbolos, é equívoca. Para que ela possa desempenhar adequadamente sua função, é preciso fixar um sentido único para as palavras. A relação entre linguagem e identidade é, assim, uma relação de *adequação*: à identidade do conceito, deve corresponder o sentido único da palavra que o expressa. (GONDAR, 2002, p. 107-108)

Para deslindar a transitoriedade e a incompletude das (contingentes) identidades “pós-modernas”, o estudo panorâmico empreendido por Stuart Hall (2000) remonta a cinco grandes deslocamentos que contribuíram para o descentramento do sujeito cartesiano na modernidade tardia. Convicto de que nesse período mudanças estruturais e institucionais provocaram o colapso das identidades, o autor tematiza, no plano epistemológico, o que define como “uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno”. Ele examina, de fato, os impactos sobre a questão identitária, exercidos: pelo marxismo, pelas teses freudianas sobre o inconsciente, pelo trabalho estrutural de Ferdinand Saussure, pela reflexão arquegenealógica de Michel Foucault e pelo movimento feminista.

Ao longo da sua análise, Hall identifica, no terreno anti-humanista da re-leitura althusseriana de Marx, um deslizamento capital, que dissolveu o homem na centralização das estruturas. Em perspectiva convergente para a desestabilização do paradigma racionalista, o autor situa a postulação freudiana do inconsciente, que fez estremecer a concepção de identidade como categoria fixa e unificada. Em direção, nesse sentido, análoga inscrevem-se, ainda, o programa filosófico de Foucault (sobre os saberes, os poderes e a subjetivação), a postulação saussureana da arbitrariedade do sistema lingüístico e a política identitária do feminismo (que repensou criticamente as identidades de gênero e os processos de identificação). Na esteira desses empreendimentos, emerge, consoante Hall (2000, p. 46), o descentramento do “sujeito” do Iluminismo, “resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno”.

Nesse contexto, constantemente referido como período de “crise da identidade”, a noção tradicional de *classe*, ancorada no marxismo, também se desestabilizou. Obliterada pelos movimentos contemporâneos de protesto coletivo, a *posição de classe* veio perdendo o lugar de centro difusor de identidades fixas, de sorte que:

as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. (HALL, 2000, p. 21)

Nesse sentido, e a partir da releitura de Laclau (1990), Woodward (2000, p. 29) salienta que:

há muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar. (...) As vantagens desse deslocamento da classe social podem ser ilustradas pela relativa diminuição da importância das afiliações baseadas na classe, tais como sindicatos operários e o surgimento de outras arenas de conflito social, tais como as baseadas no gênero, na raça, na etnia ou na sexualidade.

Uma vez que a *classe* não pode fornecer uma base legítima para a ação coletiva, este estudo acredita que é preciso alargar o conceito de formação discursiva, fazendo-o trabalhar no domínio dos diferentes *ressentimentos* pós-modernos (referidos por Bauman, 2005). É preciso, com efeito, prestigiar uma ordem de regulação discursiva que extrapole a dimensão de classe social e alcance os diferentes conflitos, relacionados ao gênero, à raça, à cultura local, à sexualidade; enfim, às diferentes lutas identitárias desenvolvidas na pós-modernidade. No escopo desta investigação, parece produtivo o deslocamento da própria noção pecheutiana de *discurso*, de modo que a mudança no sentido das palavras não seja atribuída exclusivamente à posição dos sujeitos na luta de classes, mas, também, à posição assumida por esses sujeitos nas lutas coletivas, empreendidas em inúmeras esferas da constituição identitária. Afinal, como se lê em Eder (2002, p. 308), os problemas que geram os conflitos de hoje têm o mesmo potencial que os problemas clássicos centrados no trabalho.

Diante de tamanha desconfiança sobre a consistência da categoria de *luta de classes* para a compreensão da *ação coletiva* – reduto das distintas e flexíveis identidades contemporâneas – este trabalho questiona: estariam, então, as discursividades e os efeitos identitários plenamente imunes às relações de classe?

No livro *A nova política de classes* (referido em parágrafos anteriores deste texto), o sociólogo alemão Klaus Eder reabilita a análise social em termos de *classe*, desde que esta noção seja articulada, pelo viés da *cultura*, aos movimentos contemporâneos de protesto coletivo. Segundo o autor, é preciso superar o descompasso entre classe social e ação coletiva – que foi provocado pelo apagamento do elo cultural que as une, mas, sobretudo, pela concepção anacrônica de classe, estabelecida sob um modelo hierárquico.

Em sua configuração marxista, o conceito de *classe* se desenvolveu a partir da idéia objetivante de *estrutura*, definida por Eder (2002, p. 31) como “o princípio organizador dos atributos dos indivíduos que tem a ver com a distribuição de tais atributos a um grande número de indivíduos”. Instituído como um “construto probabilístico”, o paradigma hierárquico de classe supõe diferenciação estratificatória, articulada sobre as topografias antagônicas do topo e da base. Esse modelo simplista, herdado da sociedade tradicional, segundo Eder é insuficiente para a compreensão da complexidade das sociedades contemporâneas, em que, apesar da desigualdade, há também uma interdependência entre as classes. Propondo, pois, a substituição de um *modelo hierárquico* por um *modelo de rede* de relações de classe, o autor convalida a noção (de classe) para a abordagem da *diferenciação funcional* prestigiada pelos movimentos sociais de ação coletiva.

Sintonizado com a agenda pós-moderna, profícua para as reivindicações minoritárias, o sociólogo sinaliza para uma perspectiva de abordagem política passível de dialogar com a Análise do Discurso. Resguardadas as devidas distâncias entre a empreita sociológica e a análise discursiva, o encaminhamento reivindicado pelo autor, tanto quanto o programa da AD, busca prevenir-se, simultaneamente, contra o historicismo e contra o objetivismo. Nesse sentido, Eder postula a criação de um terreno intermediário, que este trabalho julga produtivo também à análise discursiva, visto que trata as contradições na ação política sem enredá-las nem no plano dos sistemas societários, nem no plano dos atores individuais.

A partir desta reconfiguração da noção de classe e do tratamento do aspecto político da ação coletiva, é possível vislumbrar o redimensionamento imposto à formação discursiva pelos diferentes *pertencimentos* (cf. BAUMAN, 2005) empreendidos *pelos* indivíduos na “modernidade líquida”. Tendo em vista que “atualmente, o conflito de classes está sendo transformado num antagonismo fluido que perpassa cada aspecto da vida social” (EDER, 2002, p. 55), não parece consistente às análises discursivas o estabelecimento apriorístico de formações discursivas como espelhamento das relações (hierárquicas e exclusivas) de classe. Tanto quanto a necessidade de articular o regime de repetibilidade com o caráter acontecimental do discurso, torna-se imprescindível considerar uma ordem estrutural que excede as relações dicotômicas de classe. Na perspectiva dessa revisão, parece inevitável repensar, ainda, a apropriação, pela AD, da versão althusseriana de ideologia. Mediante os objetos oferecidos pelas lutas coletivas na modernidade tardia, talvez seja preciso incorporar, às “relações imaginárias das classes com suas condições de existência”, as relações (também imaginárias) mantidas pelos diferentes grupos culturais, demarcados por reivindicações diversas, que podem ser atravessadas pelo processo de produção econômica, mas nem sempre são circunscritas por ele. Enfim, importa fazer os deslocamentos que permitam “escavar”, *no* discurso, um mosaico de posições identitárias, como construtos simbólicos, integrados à rede instável de identidade e diferença capaz de determinar, sob a trama da cultura, *o que se é e o que não se é* numa dada contingência.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução brasileira: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BRANCA-ROSOFF, Sônia. **Formação discursiva**: uma noção excessivamente ambígua? In: BARONAS, Roberto & KOMESU Fabiana (Orgs.). **Homenagem a Michel Pêcheux**: 25 anos de presença na Análise do Discurso. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.
- DERRIDA, Jacques. **Estados-da-alma da psicanálise**. O impossível para além da soberana crueldade. São Paulo: Escuta, 2001.
- EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Tradução: Ana Maria Sallum. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GONDAR, Jô. **Linguagem e construção de identidades** – um debate. In: FERREIRA, Lúcia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, identidade e memória social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva – 4. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of our Time**. London: Verso, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi – 2. edição – Campinas, SP: Pontes, 1997.

---

\_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso**: três épocas (1983). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990, p. 311-318.

WODDWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.